



EMSA - EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS S.A.

CNPJ - 17.393.547/0001-05

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	111	124	251	240	Fornecedores	17	1.062	922	1.147	1.718
Contas a Receber	8	1.557	2.330	4.013	3.778	Adiantamento de Clientes		—	14	82	14
Títulos/Direitos a Receber	9	31.063	96	31.063	96	Empréstimos e Financiamentos	18	15.131	16.185	15.131	16.185
Adiant. a Fun./Fornecedores		2.363	840	2.590	914	Salários e Encargos Sociais		2.114	1.796	5.258	4.810
Estoques	10	2.621	2.642	10.171	11.631	Obrigações Tributárias		11.372	8.928	22.534	19.811
Impostos a Recuperar	11	24.722	17.836	24.722	17.836	Parcelamentos Fiscais	19	763	983	1.835	1.390
Créditos Com Acionistas		1.710	—	1.710	—	Outras Obrigações	20	2.088	2.263	2.088	2.263
						Outros Parcelamentos		608	—	608	—
Total Circulante		64.146	23.867	75.067	34.494	Total Circulante		33.138	31.090	48.683	46.190
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a Recuperar	11	—	—	102	102	Impostos Diferidos	21	—	—	165	3.490
Créditos Judiciais	12	—	7.038	—	7.038	Parcelamentos Fiscais	19	899	771	1.367	1.437
Depósitos Judiciais	13	160	—	1.851	1.670	Obrigações Tributárias		—	—	—	1.628
Crédito de Mútuo		—	648	—	648	Contingências Fiscais/Trabalhistas	22	10.164	15.323	10.164	13.695
Transações C/ Relacionados		—	—	5.425	16.507	Transações C/ Relacionadas		9.621	17.498	6.376	—
Coligadas/Controladas		6.486	28.339	21.747	37.172	Outras Obrigações	20	—	2	—	2
						Coligadas/Controladas		—	15.153	—	15.153
						Passivo em Negociação	23	6.703	17.276	6.703	17.276
						Fornecedores		6.703	16.084	6.703	16.084
Realizável a Longo Prazo		6.646	36.025	29.125	63.137	Obrigações Fiscais		—	1.192	—	1.192
Investimentos	15	28.813	44.317	8.349	8.337						
Outras Participações		9	7	9	7						
Imobilizado	16	37.188	38.446	37.188	38.446						
Intangível		1	1	1	1						
						Total Não Circulante		27.386	66.023	24.776	52.681
Total Não Circulante		72.657	118.796	74.671	109.928	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Integralizado	26.1	231.551	231.551	231.551	231.551
						Reserva Legal	26.2	27.115	27.115	27.115	27.115
						Ajuste de Avaliação Patrimonial	26.3	15.098	15.691	15.098	15.691
						Prejuízo Acumulado	26.4	(197.486)	(230.852)	(197.486)	(230.852)
						Patrimônio Líquido Controladora		76.279	43.505	76.279	43.505
						Adiant. Fut. Aum. Capital		—	2.046	—	2.046
						Total Patrimônio Líquido		76.279	45.550	76.279	45.550
TOTAL DO ATIVO		136.803	142.663	149.738	144.422	TOTAL DO PASSIVO		136.803	142.663	149.738	144.422

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	33.666	(29.059)	33.659	(29.060)
Depreciação e Amortização	1.371	1.410	1.371	1.463
Resultado de Equivalência Patrimonial	(108)	7.768	—	—
	34.929	(19.880)	35.030	(27.596)
Contas a Receber	773	—	(235)	55.896
Títulos/Direitos a Receber	(30.967)	49.834	(30.967)	49.834
Adiantamento a Funcionários/Fornecedores	(1.523)	(47)	(1.523)	(6)
Estoques	21	(42)	21	(41)
Impostos a Recuperar	(6.886)	—	(6.886)	1
Crédito de Mútuo	648	(648)	648	(648)
Outros Direitos	—	—	—	83
Depósitos Judiciais	(160)	1	(181)	17
Créditos Judiciais	7.038	—	7.038	—
Créditos Com Acionistas	(1.710)	109.256	(1.710)	109.256
Fornecedores	141	474	(571)	860
Adiantamento de Clientes	(14)	—	68	—
Salários e Encargos Sociais	318	462	449	2.044
Obrigações Tributárias	2.444	1.643	1.096	3.400
Coligadas/Controladas	6.700	(37.287)	272	438
Transações C/ Relacionados	(7.878)	7.766	17.458	(24.886)
Contingências Fiscais/Trabalhistas	(5.159)	—	(3.531)	—
Parcelamentos Fiscais	(91)	(116)	376	(108)
Outros Parcelamentos	608	—	608	—
Outras Obrigações	(177)	(800)	(177)	(800)
Impostos Diferidos	—	(15.995)	(3.325)	(17.302)
Passivo em Negociação	(10.573)	(1.416)	(10.573)	(1.416)
	(46.448)	113.086	(31.800)	176.622
Caixa Líquido Consumido na Atividade Operacional	(11.519)	93.205	3.230	149.025
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimentos	14.718	56.084	(14)	364
Imobilizado	(112)	(77)	(112)	(80)
Adiant. Fut. Aumento de Capital	(2.046)	(3.511)	(2,046)	(3,511)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(592)	(592)	(592)	(592)
Reservas de Lucro	592	(138.847)	599	(138.846)
	12.560	(86.943)	(2.165)	(142.665)
Caixa Líquido Consumido na Atividade de Investimentos				
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	(1.054)	(6.251)	(1,054)	(6,251)
	(1,054)	(6,251)	(1,054)	(6,251)
Caixa Líquido Consumido na Atividade de Financiamento				
Aumento/(redução) Líquido das Disponibilidades	(13)	11	11	109
Saldo Inicial Disponibilidades	124	113	240	131
Saldo final de Caixa e Equivalente	111	124	251	240

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVA LEGAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL CONTROLADORES	ADIANT PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
							PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AFAC
SALDO EM 31.12.2023	231.551	27.115	16.283	(62.946)	212.003	5.557	217.559
Provisão para Perda	—	—	—	(84.033)	(84.033)	—	(84.033)
Lucro/Prejuízo do Exercício	—	—	—	(29.059)	(29.059)	—	(29.059)
Ajuste Reserva Patrimoniais Controladas	—	—	(592)	—	(592)	—	(592)
Realização Depreciação Custo Atribuído Equivalência	—	—	—	897	897	—	897
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	—	—	—	(55.711)	(55.711)	(3.511)	(55.711)
SALDO EM 31.12.2024	231.551	27.115	15.691	(230.852)	43.505	2.046	45.550
Lucro/Prejuízo do Exercício	—	—	—	32.774	32.774	—	32.774
Ajuste Reserva Patrimoniais Controladas	—	—	(592)	—	(592)	—	(592)
Realização Depreciação Custo Atribuído	—	—	—	897	897	—	897
Ajuste Custo Atribuído	—	—	—	(305)	(305)	(2,046)	(305)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	—	—	—	—	—	(2,046)	(2,046)
SALDO EM 31.12.2025	231.551	27.115	15.098	(197.486)	76.279	—	76.279

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Líquida	27	23.211	11.835	24.139	13.000
Custo Operacional	28	(14.376)	(15.184)	(14.776)	(15.204)
Lucro Bruto		8.835	(3.349)	9.363	(2.204)
Despesas Operacionais					
Administrativas/Comerciais	29	(12.935)	(8.146)	(16.712)	(15.442)
Despesas Obras Paralisadas		—	—	—	—
Tributárias		(2.153)	(6.411)	(3.786)	(8.253)
Depreciações		(1.371)	(1.410)	(1.371)	(1.463)
Equivalência Patrimonial		(784)	(7.768)	—	—
Reversão de Provisões Contingências	30	5.159	—	5.159	—
Resultado Alienação de Ativos		—	—	—	—
Baixa de Ativos		—	—	—	—
Atualização Processos Judiciais	31	30.817	—	30.817	—
Despesas Recuperadas	32	14.782	—	14.782	—
Reversão Provisão		1.192	—	1.192	—
Outras Receitas e Despesas		(1.647)	3.985	2.620	4.100
Despesas Indedutíveis		—	—	—	—
Resultado Operacional		41.896	(23.100)	42.065	(23.262)
Resultado Financeiro		(7.088)	(2.856)	(7.217)	(2.672)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		34.808	(25.956)	34.848	(25.934)
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(2.034)	(3.103)	(2.081)	(3.126)
Resultado Líquido do Exercício		32.774	(29.059)	32.767	(29.060)
Atribuído a					
Resultado Líquido Controladores		32.040	(28.408)	32.033	(28.409)
Resultado Líquido Não Controladores		734	(651)	734	(651)
Lucro Líquido do Exercício		32.774	(29.059)	32.767	(29.060)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024.

(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2025	2024	2025	2024
Lucro/(prejuízo) do exercício	32.774	(29.059)	32.767	(29.060)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:	—	—	—	—
Resultado Abrangente Total do Exercício	32.774	(29.059)	32.767	(29.060)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024. (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "EMSA") é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob nº 17.393.547/0001-05, com sede no Brasil, cujo objeto social compreende a prestação de serviços de engenharia e construção, incluindo atividades de construção civil, montagens elétricas, mecânicas e eletromecânicas, caldeiraria, terraplenagem, pavimentação, saneamento básico, montagens industriais, bem como importação e exportação de serviços de engenharia e bens correlatos ao seu objeto social. A Companhia atua também no gerenciamento, administração e execução de contratos de operação e concessão de obras e serviços públicos, inclusive relacionados à distribuição de água e saneamento básico. Adicionalmente, a Companhia pode promover incorporações imobiliárias, próprias ou de terceiros, realizar compra, venda, construção, locação e administração de imóveis, bem como participar do capital social de outras sociedades.

Controladas

A Companhia possui participação societária na seguinte empresa:

ACJ Construções e Incorporações S.A.

Sociedade anônima de capital fechado que atua na compra, venda, construção, incorporação, locação e administração de imóveis, bem como na execução de obras de construção civil, montagens industriais e eletromecânicas, pavimentação, terraplenagem, saneamento básico e atividades correlatas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com: as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem:

3.10 Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Conforme o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem indícios de que os ativos imobilizados e intangíveis possam ter sofrido perda no seu valor recuperável. Caso tais indícios sejam identificados, é efetuado o teste de recuperabilidade, comparando-se o valor contábil do ativo com seu valor recuperável, definido como o maior entre:

- valor justo líquido de despesas de venda; ou
- valor em uso.

Quando o valor contábil excede o valor recuperável estimado, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável no resultado do exercício.

3.11 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores representam obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das operações da Companhia e de suas controladas. Essas obrigações são registradas inicialmente pelo valor justo e posteriormente mensuradas pelo custo amortizado. São classificadas no passivo circulante, exceto quando o prazo de liquidação exceder 12 meses após a data do balanço, caso em que são classificadas no passivo não circulante.

3.12 Salários e encargos sociais

Os salários, encargos sociais, provisões para férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência, conforme os serviços são prestados pelos empregados. Esses valores incluem encargos sociais e benefícios previstos em legislação trabalhista e em acordos ou convenções coletivas.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, exceto quando a Companhia possui direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

As provisões para contingências tributárias, civis e trabalhistas são reconhecidas quando:

- existe obrigação presente decorrente de evento passado;
- é provável a saída de recursos para liquidação da obrigação; e
- o valor pode ser estimado de forma confiável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente da melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação. A avaliação dessas contingências considera a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e a análise da Administração sobre o estágio processual das ações.

3.15 Tributos sobre a renda

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro tributável do exercício, conforme a legislação tributária vigente. As alíquotas aplicáveis são:

- **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)** - 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil por ano.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** - 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social e reconhecida no resultado do exercício. A Administração avalia periodicamente as posturas fiscais adotadas nas declarações tributárias e constitui provisões quando considera provável a existência de obrigações adicionais junto as autoridades fiscais.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e cujo valor possa ser estimado de forma confiável. O valor reconhecido corresponde a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação na data do balanço.

3.17 Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao ativo fluirão para a Companhia e seu valor puder ser mensurado com confiabilidade. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação deverá resultar em saída de recursos econômicos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes ou não circulantes de acordo com a expectativa de realização ou liquidação.

3.18 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida no resultado pelo regime de competência, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Quando ocorre perda no valor recuperável de contas a receber, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

3.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis quando declarada pela Assembleia Geral de Acionistas ou conforme previsto no estatuto social da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no encerramento do exercício, enquanto os dividendos adicionais são reconhecidos somente quando aprovados pelos acionistas.

3.20 Demonstrações Contábeis Comparativas

As demonstrações contábeis da Companhia incluem informações comparativas referentes ao exercício anterior, apresentadas de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no exercício corrente, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. Durante o exercício 2024 e 2025, a Administração revisou os critérios utilizados para reconhecimento de determinados direitos a receber relacionados a contratos de obras, em decorrência da avaliação da probabilidade de realização desses créditos. Como resultado dessa revisão, foram constituídas provisões adicionais para refletir adequadamente os valores cuja expectativa de recebimento foi considerada remota ou improvável, com registro contábil na rubrica "Provisão de Obras", com o objetivo de representar de forma mais adequada a posição patrimonial e financeira da Companhia. Essa revisão foi realizada em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo tratada como **mudança de estimativa contábil**, tendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente nas demonstrações contábeis. A Administração entende que essa alteração aprimora a qualidade da informação contábil, proporcionando uma apresentação mais fidedigna e transparente da situação financeira da Companhia.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes. Essas estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, nas condições de mercado e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que se acreditam razoáveis nas circunstâncias. Como consequência da natureza dessas estimativas, os resultados efetivos podem diferir daqueles estimados. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão descritas a seguir.

4.1 Estimativas e premissas relevantes**a) Vidas úteis dos ativos imobilizados**

A determinação das vidas úteis econômicas dos ativos imobilizados envolve julgamento por parte da Administração. A vida útil é estimada com base em:

- condições de uso do ativo
- experiência histórica
- práticas do setor
- expectativas de obsolescência tecnológica.

Essas estimativas são revisadas periodicamente e eventuais alterações são registradas prospectivamente, conforme previsto no CPC 23. Alterações nas estimativas de vida útil podem resultar em mudanças relevantes nas despesas de depreciação reconhecidas no resultado.

b) Processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, civil e trabalhista decorrentes do curso normal de suas operações. Conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia reconhece provisão quando:

- existe obrigação presente decorrente de evento passado;
- é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- o valor possa ser estimado com confiabilidade.

Quando esses critérios não são atendidos, os processos são classificados como passivos contingentes e divulgados em notas explicativas. A avaliação das contingências envolve julgamento significativo da Administração, considerando:

- a natureza da ação judicial
- o estágio processual
- pareceres dos assessores jurídicos
- histórico de decisões em casos semelhantes.

Essas avaliações podem ser revisadas à medida que novas informações se tornam disponíveis.

c) Reconhecimento de receitas

O reconhecimento de receitas envolve julgamento por parte da Administração, especialmente na determinação do momento em que ocorre a transferência de controle dos bens ou serviços ao cliente. A receita é reconhecida quando:

- o valor da contraprestação pode ser mensurado de forma confiável;
- é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- as obrigações de desempenho tenham sido satisfeitas.

Essas estimativas consideram:

- histórico de operações similares
- características dos contratos firmados com clientes
- natureza dos serviços prestados.

5. BASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, preparadas para a mesma data-base e utilizando políticas contábeis consistentes. Conforme o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, o controle é caracterizado quando a Companhia:

- possui poder sobre a investida;
- está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- possui capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas quando o controle deixa de existir. Na consolidação são eliminados:

- saldos e transações entre empresas do grupo;
- receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas;
- lucros não realizados resultantes dessas transações.

Quando aplicável, é reconhecida a participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas.

Participações societárias

Investida	31/12/2025	31/12/2024
ACJ Construções e Incorporações S.A.	99,99%	99,99%
Eagle Jet Taxi Aéreo	99,99%	98,58%
Companhia de Saneamento das Américas S.A.	2,69%	2,69%

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas estão expostas a determinados riscos financeiros decorrentes de suas operações. A gestão desses riscos é realizada pela Administração com o objetivo de minimizar potenciais impactos adversos sobre o desempenho financeiro da Companhia.

6.1 Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade de clientes ou contrapartes cumprirem suas obrigações contratuais. Esse risco está principalmente relacionado às contas a receber de clientes. A Companhia busca mitigar esse risco por meio de:

- análise de crédito
- acompanhamento periódico dos recebíveis
- substituição de provisão para perdas esperadas.

6.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações financeiras na data de vencimento. A Administração monitora continuamente o fluxo de caixa projetado com o objetivo de garantir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros.

6.3 Risco operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de falhas em processos internos, sistemas, pessoas ou eventos externos. Esses riscos incluem, entre outros:

- falhas operacionais
- riscos regulatórios
- mudanças na legislação aplicável.

6.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de swap, opções ou outros instrumentos de natureza especulativa. Adicionalmente, suas operações de empréstimos e financiamentos não estão expostas a variações significativas de moeda estrangeira que justifiquem a utilização de instrumentos de proteção cambial (hedge).

07. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de Caixa	102	112	202	188
Bancos conta Movimento	6	—	7	4
Aplicações Financeiras	—	—	4	4
Numerários em Trânsito	3	12	37	44
Totais	111	124	251	240

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são remuneradas substancialmente com base na variação do CDI e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. A Administração entende que os saldos apresentados representam adequadamente os recursos disponíveis na database.

08. CONTAS A RECEBER

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
C ontas a Receber (a)	2.011	2.785	4.468	4.233
Provisão p/C créditos de Liquid. Duvidosa (b)	(415)	(415)	(415)	(415)
Retenção de Clientes	(40)	(40)	(40)	(40)
Ativo Circulante	1.557	2.330	4.013	3.778
Ativo Não Circulante	—	—	—	—
Totais	1.557	2.330	4.013	3.778

As contas a receber decorrem substancialmente da prestação de serviços de engenharia e execução de obras. São reconhecidas inicialmente pelo valor faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas de provisão para perdas esperadas, quando aplicável, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses créditos, considerando histórico de inadimplência, análise individual de clientes e expectativas futuras de recebimento.

a) O saldo de clientes a receber referem-se a serviços executados e faturados, registrados a valores históricos. Os valores consignados como contas a receber, são considerados pela administração como conservadores quanto à expectativa de recebimento.

b) A Companhia constitui provisão para perdas esperadas com base na análise individualizada dos créditos e na experiência histórica de inadimplência, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

09. TÍTULOS/DIREITOS A RECEBER

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Direitos a Receber	31.063	96	31.063	96
Totais	31.063	96	31.063	96

A Sociedade reconheceu em seu Ativo, Direitos processuais de reajustamentos, atualizações monetárias, juros de mora sobre pagamentos de faturas em atraso, que estão iniciando uma formalização administrativa, através da comprovação do protocolo da petição perante o processo judicial nº 0028874-20.1997.4.01.3400 do precatório. Foi promovido pela EMSA em desfavor do INCRa, em 15 de outubro de 1997, Cobrança visando o recebimento da quantia de R\$ 13.271.308,53 (treze milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e oito reais e cinquenta e três centavos), decorrentes de faturas emitidas pela EMSA e não pagas pelo INCRa, no âmbito do Contrato Administrativo nº DF/160.003/91. Após devidamente citado, o INCRa apresentou sua Contestação, sendo posteriormente proferida sentença em 16/12/2009, que julgou parcialmente procedente os pedidos da ação da EMSA para condenar o INCRa ao pagamento de 80% (oitenta por cento) da quantia de CR\$ 159.219.567,87 (cento e cinquenta e nove milhões, duzentos e dezanove mil e quinhentos e sessenta e sete cruzeiros reais e oitenta e sete centavos), que deveriam ser corrigidos monetariamente desde 30/07/1996, bem como acrescidos de juros de mora de 0,5% ao mês até a edição do Código Civil de 2002 e após 1% ao mês. Após a formalização da referida transação entre a EMSA e a PGFN (ID nº 236520056), foi disponibilizado pela UNIÃO, por meio da Portaria PGFN nº 8798, de 04 de outubro de 2022, o programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrição da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (QUITA-PGFN), ao qual a EMSA pretende aderir, extinguindo-se seus débitos incluídos no Termo de Transação Individual – conforme permite o regulamento.

10. ESTOQUES

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais para Obras (a)	1.879	1.900	1.879	1.900
Lotes para Venda (b)	742	742	9.730	9.730
Materiais de Uso e Consumo (c)	—	—	860	—
Totais	2.621	2.642	11.610	12.490

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme CPC 16 – Estoques. O custo inclui gastos incorridos para aquisição, transporte e armazenamento, bem como custos diretamente atribuíveis à sua transformação.

a) São compostos de materiais aplicados nas obras de construção civil.

b) Os lotes para venda estão classificados no ativo circulante, dentro do grupo de estoques, e referem-se a terrenos e áreas destinadas à comercialização no curso normal das atividades da Companhia, conforme relação abaixo, a saber:

Qtd.	Descrição	Área	Setor	Cidade	Uf	Valor Centavos Omitidos
1	LOTES 3 QD-15	1.629 m²	LOT. RECANTO DOS EMBOABAS	AP. DE GOIÂNIA	GO	1
12	LOTES	9.974 m²	LOT. PARQUE REAL DE GOIÂNIA	GOIÂNIA	GO	1
1	ÁREA AV. T-5, T-3 e RUAT-56	5.635 m²	SETOR BUENO	GOIÂNIA	GO	14.894
1	LOTE 02 QD. 101 S	1.800 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1
1	LOTE 07 QD. 102 S	6.000 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1.560
1	LOTE 06 QD. 102 S	6.000 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1.560
1	LOTE 03 QD. 102 S	6.700 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	1
1	LOTE 11 QD. 102 S	2.711 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	225.000
1	LOTE 10 QD. 202 S	1.800 m²	(ACSUSE 20) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	1
1	LOTE 14 QD. 202 S	1.800 m²	(ACSUSE 20) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	1
1	LOTE 12 QD. 102 S	2.714 m²	(ACSUSE 10) CONJUNTO 2	PALMAS	TO	225.000
1	LOTE 1 RIO PERDIDA GLEBA	11.822.90 ha	FAZENDALIZARDA	LIZARDA	TO	1
1	LOTE 5 RIO PERDIDA GLEBA	11.847.88 ha	FAZENDALIZARDA	LIZARDA	TO	1
5	LOTE 18/21 e 24/25 RIO PERDIDA	5.150 ha	FAZENDARIO PERDIDO	LIZARDA	TO	1
1	GLEBA DE TERRA	27.14 ha	FAZ. SÃO JOÃO OU ARAPONGA	CAMPOS VERDES	GO	73.896
1	ÁREAS DE TERRAS	1.251 ha	FAZENDARIO NEGRO	PEDRO AFOSSO	GO	1
2	LOTES 18 E 19 QD 33.4	328 m²	AV. RECIFE	RECIFE	PE	1
1	LOTE 02 ACSUSO 10 CONJ	11.800 m²	(ACSUSO 10) CONJUNTO 1	PALMAS	TO	200.000
1	OUTROS IMOVEIS	17.77 ha	FAZENDA VARGEM BONITA	SENADOR CANEDO	GO	1
						TOTAIS 741.922

c) A conta "Materiais de Uso e Consumo" refere-se aos itens adquiridos pela empresa que são utilizados no dia a dia das operações, mas que possuem uma vida útil curta e são consumidos rapidamente. Esses materiais incluem, por exemplo, papel, canetas, produtos de limpeza, materiais de escritório, entre outros. Esses itens são essenciais para o funcionamento das atividades da empresa e são consumidos regularmente, não sendo considerados bens de longo prazo ou investimentos. A correta classificação e controle dessa conta ajudam a manter a transparência e a precisão na apuração dos custos e despesas da organização.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
INSS a Recuperar (a)	24.722	17.836	24.722	17.836
Outros impostos AC J	—	—	—	102
Ativo Circulante	24.722	17.836	24.722	17.836
Ativo Não Circulante	—	—	102	102
Totais	24.722	17.836	24.824	17.938

a) INSS a Recuperar refere-se a créditos tributários oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado nº 0058512.35.2010, a decisão reconhece a inexistência da Contribuição Patronal e terceiros. A Sociedade está apta a deixar de recolher a Contribuição Previdenciária sob as verbas indenizatórias. A Empresa irá decidir quanto a forma de aproveitamento.

12. CRÉDITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
C AEB (Precatório) (a)	—	855	—	855
IC MS recuperar (SEFAZ-TO) (b)	—	6.183	—	6.183
Totais	—	7.038	—	7.038

Referem-se a créditos reconhecidos com base em decisões judiciais ou ações em andamento, cuja realização depende do trânsito em julgado e da efetiva liquidação pelas contrapartes.

a) Precatório nº 0708730-26.2019.8.07.000 de classe Judicial, tendo como devedor, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB criado em conformidade com o Decreto nº 31.398 de 09/03/2010, sendo necessário a liquidação da obrigação em ordem cronológica.

b) Processo nº 5000646-83.2005.8.27.2729, restituição de Indebito Tributário referente a ICMS. O processo já teve decisão favorável a Empresa e já estamos com pedido de liquidação da sentença para devolução dos valores pelo Estado do Tocantins.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações Trabalhistas	160	—	470	316
Garantias Judiciais	—	—	1.380	1.354
Totais	160	—	1.851	1.670

Correspondem a valores depositados em juízo para garantia de processos judiciais, principalmente de natureza trabalhista e tributária.

14. PROVISÃO DIREITO COM OBRAS

A Companhia revisou seus critérios de reconhecimento de direitos a receber decorrentes de contratos de obras e pleitos administrativos, considerando a probabilidade de realização. Quando identificada baixa probabilidade de recuperação, os valores são ajustados por provisão, de modo a refletir adequadamente o valor recuperável desses ativos, em conformidade com o CPC 48 e o CPC 01.

15. INVESTIMENTOS

Descrição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ISSQN Parcelamento Emsa	1.527	1.753	1.527	1.753
IPTU Parcelamento Emsa	—	—	1.438	—
ITR Parcelamento Emsa	7	—	110	—
PGFN Parcelamento Emsa	128	—	128	—
Parcel. Fiscais em Negociação Emsa (a)	—	(1.192)	—	(1.192)
AC J – Parcelamentos RFB	—	—	—	1.073
Passivo Circulante	763	982	1.835	2.160
Passivo Não Circulante	899	771	1.367	666
Totais	1.662	1.753	3.203	2.826

Correspondem a débitos tributários renegociados junto a órgãos governamentais. Os valores são atualizados conforme legislação aplicável e apropriados ao resultado pelo regime de competência. A Companhia formalizou a opção pelo Parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa no âmbito da PGFN, instituído pelo Governo Federal através da Portaria n.º 9.917, de 14 de abril de 2020, o qual se destina a promover a regularização de seu passivo tributário, optando pelo parcelamento de todo seu passivo fiscal no valor de R\$ 98.286.821,19, composto pelos débitos não previdenciários no valor de R\$ 45.053.144,98 e previdenciários no valor R\$ 53.233.676,21. A companhia dispõe de um processo de crédito de precatório, que serão utilizados em garantia da presente negociação do parcelamento junto a PGFN, onde terá o abatimento de até 50% do débito, mediante a penhora determinada pelo Juiz. Conforme a Portaria PGFN Nº 8798/2022, a Companhia aderiu ao programa de Quitação Antecipada do saldo remanescente da Transação Individual firmado junto a PGFN em 14/07/2021. Conforme Art. 3º da citada Portaria, a Companhia utilizou créditos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL próprio e de coligadas diretas e indiretas correspondendo a 70% (setenta por cento) do saldo devedor da Transação Individual e o restante compensado via créditos originários da Ação de Cobrança promovida pela EMSA em desfavor do IN CRA - sob o nº 0028874-20.1997.4.01.3400.

Composição do Prejuízo Fiscal			
Empresa	TOTAL	25,00%	
AMC C onstruções e Participações S/A	24.809.030/0001-01	9.582	2.396
C omipe S/A - C omércio, Indústria e Participações	02.744.464/0001-38	1.130	282
Servi Participações S/A	20.389.723/0001-31	94	24
Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.	01.437.326/0001-43	41.162	10.290
Servi Operações Técnicas e Serviços Ltda.	06.012.466/0001-93	1.923	481
Companhia de Saneamento das Américas S/A.	04.968.662/0001-00	6.326	1.581
Eagle Jet Taxi Aereo Ltda.	32.489.485/0001-15	1.264	316
TOTAL	61.480	15.370	

Composição da Base de Calculo Negativa da CSLL			
Empresa	TOTAL	9,00%	
AMC C onstruções e Participações S/A	24.809.030/0001-01	9.582	862
C omipe S/A - C omércio, Indústria e Participações	02.744.464/0001-38	1.130	102
Servi Participações S/A	20.389.723/0001-31	94	8
Servi Segurança e Vigilância de Instalações Ltda.	01.437.326/0001-43	41.162	3.705
Servi Operações Técnicas e Serviços Ltda.	06.012.466/0001-93	1.923	173
Companhia de Saneamento das Américas S/A	04.968.662/0001-00	6.326	569
Eagle Jet Taxi Aereo Ltda.	32.489.485/0001-15	1.264	114
TOTAL	61.480	5.533	
TOTAL	20.903		

SIMULAÇÃO PARA ADESAO A PORTARIA 8.798/2022						
Passivo tributário parcelado conforme Portaria nº 9.917/2020 e 8.798/2022						
Empresa	Descrição	Saldo Devedor	Proj. Fiscale B.C.N da CSL	Saldo Após Prej. Fiscal e Parcelável em B.C.N da CSLL	6x	Parcelas
Emsa Empresa Sul Americana de Montagens S/A	DEMAIS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIO	(29.001)	14.366	(14.635)	(14.635)	(2.439)
		(31.520)	16.298	(15.222)	(15.222)	(2.537)
Sub-total EMSA	(60.521)	30.664	(29.857)	(29.857)	(4.976)	

Declaramos, sob as penas da lei, que os seguintes montantes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL foram apurados até 31/12/2024, existem, estão regularmente escriturados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e disponíveis para utilização no Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, bem como foi providenciada a respectiva baixa na escrituração fiscal, nos termos do inc. II, nos §§ 3º e 5º do art. 3º da Portaria PGFN/ME n. 8.798, de 4 de outubro de 2022. Igualmente, na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, o vínculo jurídico foi consolidado até o dia 31/12/2024 e se mantém até a presente data (§4º do art. 3º da Portaria PGFN/ME n. 8.798, de 4 de outubro de 2022).

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Prom. Pontão do Lago Sul	2.088	2.213	2.088	2.213
Outras Obrigações	—	—	52	—
Passivo Circulante	2.088	2.263	2.088	2.263
Passivo Não Circulante	—	2	—	2
Totais	2.088	2.265	2.088	2.265

Compreendem obrigações diversas decorrentes das operações da Companhia, incluindo valores a pagar a terceiros e passivos operacionais.

21. IMPOSTOS DIFERIDOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda (a)	—	86	49	1.093
Contribuição Social (a)	—	46	27	596
C ofins (a)	—	123	74	1.712
PIS (a)	—	29	16.373	—
Imposto de Renda Custo Atribuído (b)	—	1.038	—	1.038
Contribuição Social Custo Atribuído (c)	—	374	—	374
Outros Impostos sob Provisões	—	13.306	—	13.306
(-) Provisão para Perda	—	(15.002)	—	(15.002)
Totais	—	165	3.490	

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais dos ativos e passivos, quando aplicável.

a) A Companhia adota a faculdade fiscal estabelecida pela legislação vigente, que autoriza e admite o diferimento no recolhimento de impostos e contribuições federais, incidentes e decorrentes de contratos de empreitada para execução de obras civis de engenharia mantidos com entidades governamentais e sociedades de economia mista, para quando do efetivo recebimento dos valores faturados pela Companhia junto aqueles órgãos contratantes.

b) A Companhia constituiu provisão de IRPJ da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o ganho de capital.

c) A Companhia constituiu provisão de CSLL da possível realização de seus imóveis operacionais no percentual de 9% (nove por cento) sobre o ganho de capital.

d) Os acionistas e gestores da companhia, decidiram alterar os critérios de reconhecimento dos direitos a receber pela expectativa improvável de seus recebimentos. A mudança foi adotada para refletir de forma mais adequada a realidade econômica e financeira da companhia, alinhando-se às melhores práticas contábeis e às normas aplicáveis.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões são reconhecidas quando há obrigação presente, a perda é provável e pode ser estimada com confiabilidade, conforme o CPC 25. As contingências classificadas como possíveis são divulgadas e as remotas não são provisionadas. A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fiscais/Trabalhistas	10.164	13.696	10.164	13.696
Totais	10.164	13.696	10.164	13.696

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

23. PASSIVO EM NEGOCIAÇÃO

Refere-se a obrigações em processo de renegociação com credores, visando reestruturação financeira. Em consequência a retração econômica vivenciada no Brasil, desde de 2015, agravada com a paralisação e redução das obras de infraestrutura no país, a empresa reestruturou sua estrutura administrativa e operacional, com venda de ativos e postergação de compromissos financeiros, iniciando em 2020 um amplo plano de negociação das suas dívidas com fornecedores, instituições financeiras, obrigações trabalhistas, todos vencimentos superiores a 1 ano. A empresa conduziu seu processo de reestruturação e renegociação do seu endividamento vinculado a estruturação com o mercado mobiliário de capitalização para viabilidade das negociações, porém com o anúncio da "OMS" da emergência na saúde global devido ao novo ("surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, as tratativas foram interrompidas. O impacto total do COVID-19 ainda se encontrava em constante evolução na data deste relatório, dificultando o processo de estruturação do endividamento, sendo que a expectativa atual da empresa é a renegociação do

endividamento seja efetivada apenas no próximo exercício fiscal, pois neste momento não identificamos o cenário de recuperação em curto prazo.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6.703	16.084	6.703	16.084
Obrigações Tributárias	—	1.192	—	1.192
Total	6.703	17.276	6.703	17.276

24. CONTINUIDADE OPERACIONAL (GOING CONCERN)

As atividades operacionais e administrativas da empresa foram reestruturadas, pela paralisação total das suas obras e redução significativa da demanda do Governo Federal. Visando dar continuidade a reestruturação no segundo semestre de 2026, justificando-a pela necessidade e conveniência de reestruturarem suas operações ordinárias, de forma e modo a, assim, alcançarem efetivo aumento de eficiência administrativa e comercial, atrelada à redução concomitante de seus custos fixos operacionais, tudo, por força e em razão considerando a identidade e dos objetivos sociais primários da Companhia.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração da Companhia identificou como partes relacionadas, outras empresas ligadas aos mesmos sócios da empresa, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições legais.

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme AGE de 06 de novembro de 2024 ficou decidido por unanimidade a continuidade da prática de não remunerar os diretores para o mandato eleito para os próximos 3 (três) anos.

b) Controladores

A EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. é subsidiária da Companhia AMC - Construções e Participações S.A. e controladora das empresas: ACJ Construções e Incorporações S.A, Eagle Jet Taxi Aereo Ltda.

c) Transações realizadas com empresas ligadas

É composto por mútuo na modalidade conta corrente entre a Companhia e suas controladas e coligadas, sem data de vencimento e sem incidência de juros.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social da Controladora

O capital social da Controladora é de R\$ 231.551 mil e está representado por 7.197.786 (sete milhões, cento e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	CAPITAL SOCIAL (R\$ mil)	%
Annibal Crosara (espólio)	72.746	2.587	1,12%
Annibal Crosara Junior	72.746	2.587	1,12%
AMC Construções e Participações S/A	7.052.294	226.377	97,76%
Totais	7.197.786	231.551	100,00%

Annibal Crosara (espólio), Processo de inventário nº 5004621.43.2018.8.09.0051, representado pela sua inventariante Mania Elvira Crosara.

26.2. Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída em conformidade com o disposto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até que o saldo da reserva atinja o limite de 20% do capital social.

A finalidade da Reserva Legal é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para:

- compensação de prejuízos acumulados; ou
- aumento do capital social.

26.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Descrição	2025 (R\$ mil)	2024 (R\$ mil)
Custo Atribuído – Controladora (a)	2.149	2.741
Reserva de Capital (b)	12.951	12.949
Totais	15.100	15.690

a) Custo atribuído de veículos, máquinas e edificações constituída no exercício de 2010.

b) Refere-se a reserva de capital na controlada ACJ Construções e Incorporações S/A.

Os valores acima estão apresentados líquido dos tributos incidentes sobre o ganho de capital, quando aplicável.

26.4. Prejuízo Acumulado

Os acionistas e gestores da companhia, decidiram alterar os critérios de reconhecimento dos direitos a receber pela expectativa improvável de seus recebimentos. A mudança foi adotada para refletir de forma mais adequada a realidade econômica e financeira da companhia, alinhando-se às melhores práticas contábeis e às normas aplicáveis.

Descrição	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo Acumulado	(57.742)	(91.108)
(-) Provisão para Perdas	(84.033)	(84.033)
(-) Equivalência Reflexa	(55.711)	(55.711)
Totais	(197.486)	(230.852)

27. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Venda/Serviços Prestados	24.090	14.164	25.059	15.352
Ajuste a Valor Presente	—	—	—	—
(-) Dedução sobre a Receita	(879)	(2.329)	(920)	(2.352)
Totais	23.211	11.835	24.139	13.000

28. CUSTO OPERACIONAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais Operacionais	(3.216)	(2.130)	(3.252)	(2.449)
Transportes	(24)	(15)	(25)	(3.667)
Subempreiteiros	(349)	(637)	(411)	(637)
Locações/Arrendamentos	(934)	(991)	(1.151)	(991)
Manutenção de Veículos de Transporte	(3.297)	(1.080)	(3.301)	(1.080)
Serviços de Terceiros	(2.443)	(4.546)	(2.801)	(4.546)
Mão de Obra	(2.711)	(909)	(3.661)	(4.530)
Gerais	(6.945)	(1.292)	(8.653)	(1.972)
Custo C onsórcios	(30)	(26)	(30)	(26)
Apropriação Custo/Estoque	5.572	(3.468)	8.508	4.694
Totais	(14.376)	(15.184)	(14.776)	(15.204)

Os custos correspondem aos gastos diretamente atribuíveis à execução dos serviços e contratos.

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS/COMERCIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de Consumo	(98)	(56)	(160)	(121)
Mão de Obra	(3.987)	(3.063)	(4.971)	(4.647)
Despesas Gerais	(8.850)	(5.027)	(11.581)	(10.674)
Totais	(12.935)	(8.146)	(16.712)	(15.442)

Incluem despesas administrativas, comerciais e gerais necessárias à manutenção das atividades da Companhia.

30. RECEITA DE REVERSÃO DE PROVISÕES CONTINGÊNCIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências Tributárias - ISS	1.628	—	1.628	—
Contingências Tributárias - ICMS	68	—	68	—
Contingências Trabalhistas	3.463	—	3.463	—
Totais	5.159	—	5.159	—

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita decorrente da reversão de provisões para contingências, no montante total de R\$ 5.159.168,74, registrada na rubrica "Reversão de Provisões de Contingências", classificada em outras receitas operacionais. As reversões referem-se à baixa de provisões anteriormente constituídas para fazer face a riscos de perdas em processos de natureza tributária e trabalhista, especificamente relacionadas a contingências de ISS, ICMS e demandas trabalhistas. Tais reversões foram reconhecidas com base na reavaliação periódica dos processos judiciais e administrativos conduzida pela Administração, suportada por pareceres de assessores jurídicos internos e externos, os quais indicaram alteração na expectativa de perda, seja pela redução do risco classificado como provável, êxito em decisões favoráveis ou encerramento das demandas. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, alinhadas ao disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são revertidas quando deixam de ser consideradas necessárias, ou quando não é mais provável a saída de recursos para liquidação da obrigação. A composição da reversão reconhecida no período está resumida conforme abaixo:

- Contingências Tributárias - ISS: R\$ 1.627.784,47
- Contingências tributárias - ICMS: R\$ 67.926,04
- Contingências trabalhistas: R\$ 3.463.458,23

A Administração destaca que a reversão dessas provisões não representa ingresso de caixa no período, mas sim efeito contábil positivo no resultado, decorrente da atualização das estimativas anteriormente registradas. A Companhia mantém acompanhamento contínuo de suas contingências e entende que as provisões remanescentes refletem adequadamente a melhor estimativa de perdas prováveis na data-base das demonstrações financeiras.

31. RECEITA DE ATUALIZAÇÃO PROCESSOS JUDICIAIS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024

EMSA DIGITAL pdf

Código do documento 8d833934-1780-45ba-8c35-649914962048



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

30 Apr 2026, 08:01:20

Documento 8d833934-1780-45ba-8c35-649914962048 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-30T08:01:20-03:00

30 Apr 2026, 08:05:01

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-30T08:05:01-03:00

30 Apr 2026, 08:05:12

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 177.223.32.202 (177-223-32-202.linqtelecom.com.br porta: 23888) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2026-04-30T08:05:12-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9bed1063744e756cd75421e2bbe9915fafd1966022dd8ae4e8379db9098899d6
(SHA512):69e0c9a2d61f0e6e78221f5f456a3323d544bf5d750aa07e045f8e8f8b9d9146040936a2dddbe3e1ac7066c6490b12e5d43e4918d42f7baf8a4b6e96a54c0f8e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.